



Modernização Fiscal e Orçamentária: Perspectivas para a Qualidade do Gasto Público

Conectando planejamento, orçamento e responsabilidade fiscal

SECRETARIA
DA **FAZENDA** - SEFAZ



SECRETARIA
DO **PLANEJAMENTO**
SEPLAN



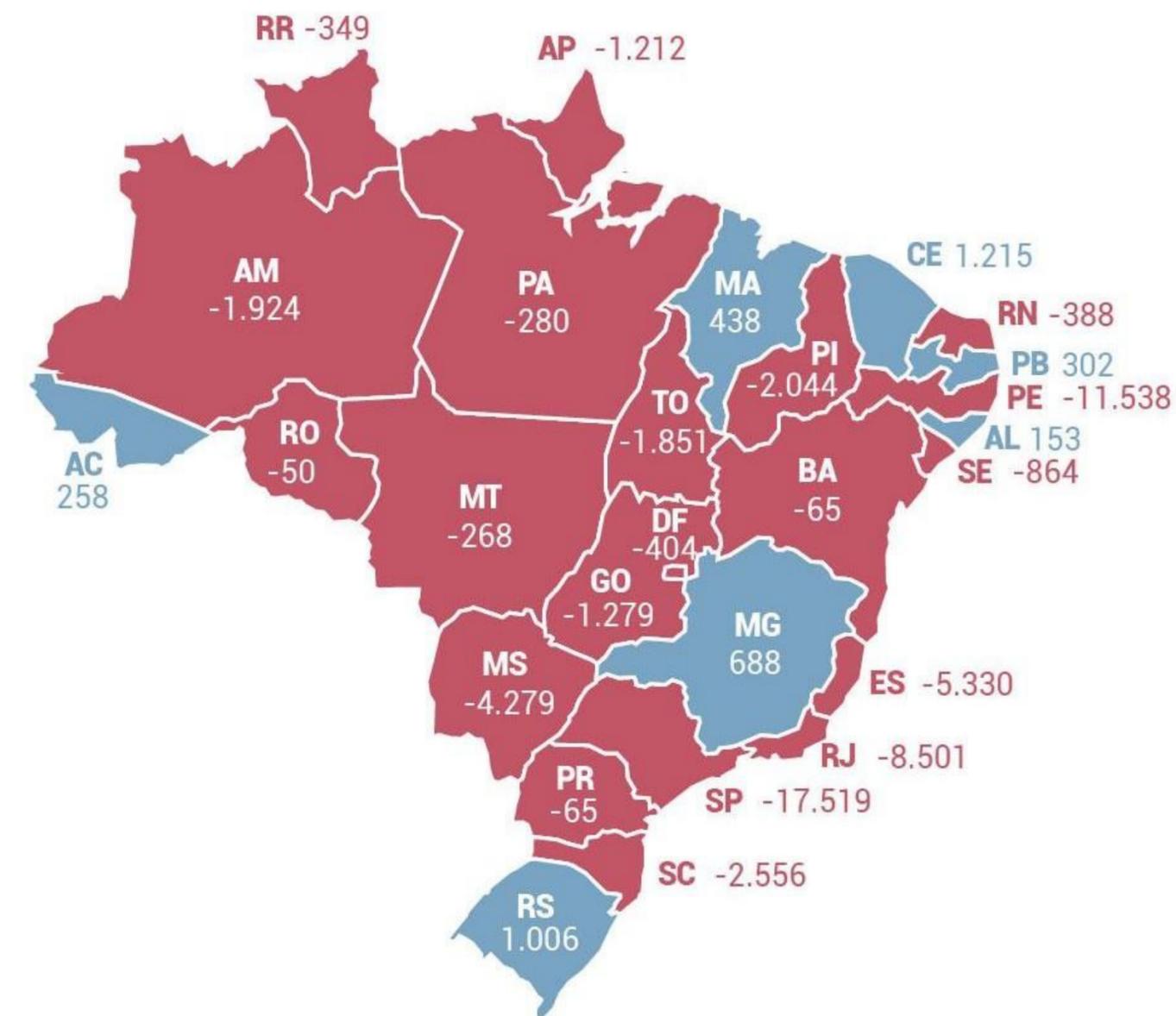
JUNHO/ 2025

“DE ONDE VIEMOS”: O CICLO DE AJUSTE E CREDIBILIDADE

- Em 2016, a grande maioria dos estados brasileiros convivia com **déficits primários e redução de investimentos públicos**.
- Essa situação exigiu que todas as 26 UFs adotassem alguma forma de **limitação de gastos públicos**.
- No PI, foi aprovada a **EC nº 47/2016** que limitava o crescimento das **despesas primárias correntes**. Tal regra **não incidia sobre despesas de capital** de forma a não comprometer os investimentos públicos.

Em R\$ milhões

■ Déficit ■ Superávit



2015

18 Estados

com déficit no 1º semestre

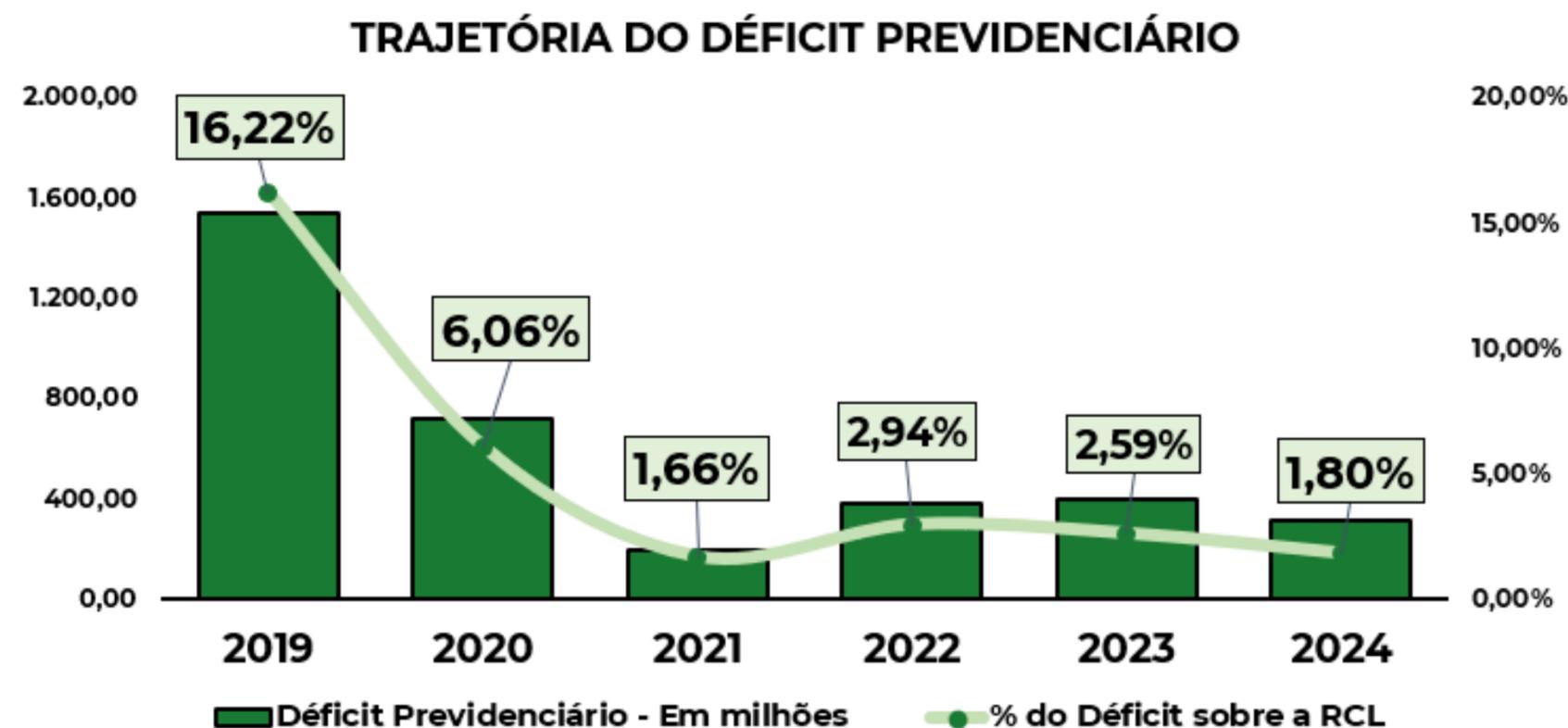
2016

20 Estados

com déficit no 1º semestre

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM 2019

- Em 2019, outro passo difícil foi dado: a **Reforma da Previdência Estadual**. Inspirada na reforma federal, foi mais uma medida estruturante, com forte impacto nas contas públicas de longo prazo.
- A **EC nº 54/2019** objetivava a redução do déficit previdenciário e a diminuição do comprometimento de aportes do Tesouro ao RPPS.
- A Reforma produziu efeitos rapidamente com redução de aproximadamente **80% do déficit** previdenciário entre os anos de 2019 e 2024.



Fonte: PiauíPrev (2025).

RESULTADOS: O RETORNO DA CAPAG B

- As medidas implementadas em 2016 e 2019 permitiram que o estado retomasse a saúde orçamentária e financeira.
- Essa retomada foi evidenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que em 2021, voltou a atribuir a **CAPAG B** ao estado, conferindo-lhe o selo de “bom pagador”.
- Essa avaliação tornou possível que o estado acessasse a garantia da União, iniciando um novo ciclo forte de investimentos públicos.



RESULTADOS: MAIS INVESTIMENTOS PÚBLICOS



1º LUGAR EM
INVESTIMENTO
LIQUIDADO
(17% DA RCL)



2º LUGAR EM
INVESTIMENTO
EMPENHADO
(18% DA RCL)

BILHÕES
DE REAIS



2021

2022

2023

2024

10,06 bi

RECORDE HISTÓRICO

+R\$ 3,1 bi
em investimentos
públicos

PROPIAUI10

INVESTIMENTOS C/ OP. DE CRÉDITO (2021 - 2025)

8,04BI
R\$ EM INVESTIMENTOS

224
MUNICÍPIOS BENEFICIADOS

2.286 (82%)
AÇÕES CONCLUÍDAS

2.789
AÇÕES (OBRAS E SERVIÇOS)

503 (18%)
AÇÕES EM ANDAMENTO



⚠ Posição em 20/06/2025

INVESTIMENTOS C/ OP. DE CRÉDITO (2021 - 2025)



18.114

KM DE RODOVIAS PAVIMENTADAS
OU RECUPERADAS

3.804

KM DE RUAS E AVENIDAS
PAVIMENTADAS OU ASFALTADAS

296

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
(PRAÇAS, QUADRAS, OBRAS
DE URBANIZAÇÃO ETC.)

21

AERÓDROMOS

21

UNIDADE DE SEGURANÇA

8

UNIDADES DE SAÚDE

100

PONTES, PASSAGENS
MOLHADAS E OBRAS DE ARTE

⚠️ Posição em 20/06/2025





INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

O CASO DO DER 2023-2025



INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA: O CASO DO DER 2023-2025

- Malha rodoviária total do PI: 13.065 km
- Malha pavimentada: 8.538 km (65%)
- Malha não pavimentada: 4.527 km (35%)

»» **921,87 km**
construídos

Valor do investimento:
»» **R\$ 1.412.963.618,59**

»» **7.776,58 km**
recuperados

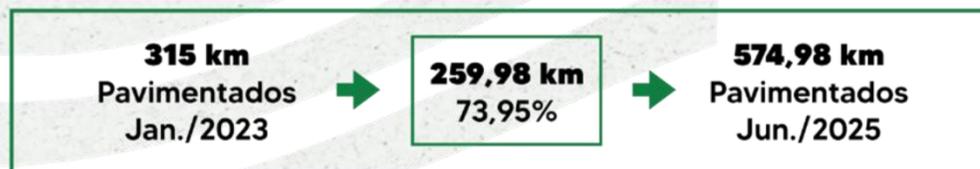
Valor do investimento:
»» **R\$ 1.482.592.182,68**

Investimentos realizados desde Janeiro/2023

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA: O CASO DO DER 2023-2025

Produção e Desenvolvimento nos Cerrados

Esse anel é composto pelas rodovias PI-247, PI-392 e PI-397, somando um total de 627 quilômetros, dos quais 574,98 km já estão pavimentados, representando 91,70% de execução. Esse dado não apenas evidencia o avanço físico da infraestrutura, mas traduz um salto qualitativo na competitividade logística da região.



RECUPERAÇÃO NA PI-247:

➤ TRECHO: SEBASTIÃO LEAL/ RIBEIRO GONÇALVES, COM 128 KM

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA PI-392:

➤ TRECHO: BUNGE ALIMENTOS/ FAZENDA BREJO SECO, COM 53,05 KM

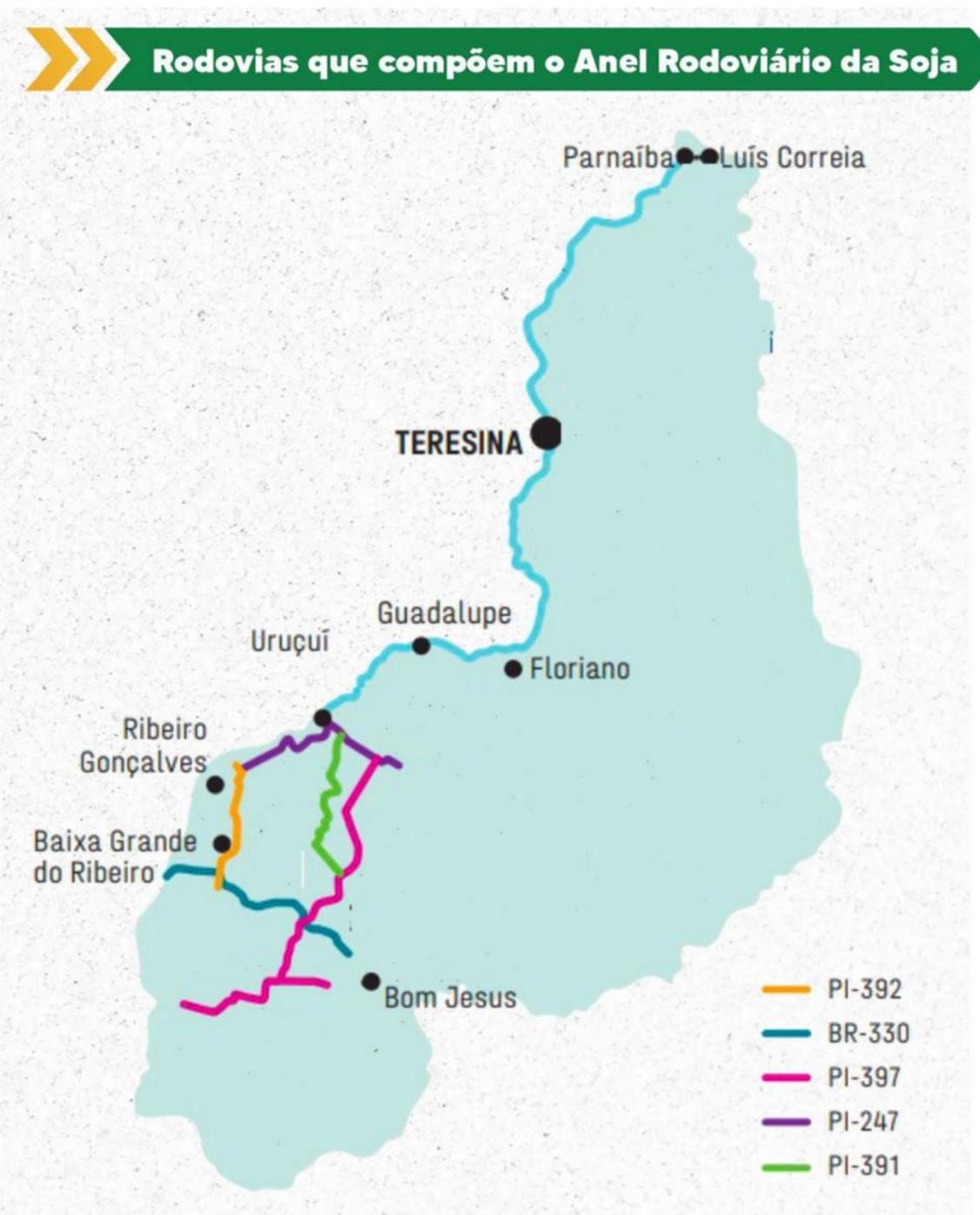
➤ TRECHO: CONTORNO RODOVIÁRIO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, COM 3,32 KM

RECUPERAÇÃO NA PI-397:

➤ TRECHO: ENTR. PI-247/ KM 92, COM 92 KM (PPP)

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA PI-397:

TRECHO: ENTR. PI-262/ KM 236, COM 144 KM (PPP)
➤ TRECHO: BUNGE SERRA DO QUILOMBO (BOM JESUS)/ ENTR. BR-235 (GILBUÉS), COM 95 KM



➤➤ **R\$ 1.006.873.304,39**

Em investimentos

Governo do Estado + PPP

- PPP R\$ 650.049.692,73

- DER R\$ 356.823.611,66

No DER:

Construção - R\$ 265.304.179,78

Recuperação - R\$ 91.519.431,80

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA: O CASO DO DER 2023-2025

Rota do Norte

➤ Redução de Tempo

Diminuição de 40-60 minutos no tempo de viagem

➤ Extensão recuperada

187,70 km de rodovias melhoradas

➤ Investimento

R\$ 75.546.438,81 aplicados em melhorias

A "Rota do Norte" representa um importante corredor logístico que conecta Teresina ao norte do estado. O trajeto sai da capital pela PI-113, passa por José de Freitas, Cabeceiras, Barras e Batalha, segue pela PI-110 até Piracuruca e retorna à BR-343, oferecendo uma alternativa mais rápida e segura para motoristas. As intervenções realizadas incluem melhorias na base de solo, pavimentação asfáltica, implantação de drenagem, bueiros e sinalização. Os trechos contemplados foram: **PI-113:** Teresina - José de Freitas (37 km); José de Freitas - Cabeceiras (45 km); Cabeceiras - Barras (26 km); Barras - Batalha (35,70 km); e **PI-110:** Batalha - Piracuruca (44 km).

Corredor Leste

➤ Mais Conexão

Interliga o Norte ao Sul do Estado

➤ Extensão Recuperada

261 km de rodovias melhoradas

➤ Investimento

R\$ 122.508.550,50 aplicados em melhorias

O Corredor Leste representa um avanço significativo na infraestrutura rodoviária do Piauí, conectando as regiões sul e norte do estado sem a necessidade de passagem pela capital, Teresina. Essa nova rota, composta pelas rodovias estaduais PIs 115 e 120, interliga cidades como Valença, Pimenteiras, São Miguel do Tapuio, Castelo, Juazeiro e Campo Maior.



OUTROS RESULTADOS: PIAUÍ COMO REFERÊNCIA EM GESTÃO

- A gestão atingiu um patamar de referência nacional, com **resultados técnicos** que posicionam o Piauí como um **exemplo** de administração pública baseada em **evidências**.

01

COMPETITIVIDADE

Saltamos da 22ª para a 20ª posição no Ranking de Competitividade dos Estados 2024.



03

SEGURANÇA PÚBLICA

Estado mais seguro do N/NE e o 9º com menor Tx. de homicídios no país (Atlas da Violência 2025).



02

EDUCAÇÃO

Alcançamos o 1º lugar no Ensino Médio do Nordeste e o 4º lugar do Brasil (IDEB 2023).



04

INOVAÇÃO

Nossas soluções, como o prot. de recuperação de celulares, foram adotadas por mais de 20 UFs.



05

RECONHECIMENTO EXTERNO

O CLP destaca o Piauí como exemplo de que boa gestão gera prosperidade, independente de ideologia.



EDUCAÇÃO: DA PERIFERIA À ELITE NACIONAL

Este é o resultado mais emblemático da gestão.

01

Resultado-Chave (IDEB 2023)

1º posição no NE e 4ª posição nacional no melhor Ensino Médio (4,5 pontos), superando estados como Rio de Janeiro (3,7) e Minas Gerais (4,2).



02

Desempenho da Rede Estadual

O IDEB do Ensino Fundamental na Rede de Ensino Geral avançou entre 2021 e 2023: nos anos iniciais, de 5,6 para 5,9; nos finais, de 5,0 para 5,2.



03

Metodologia

O sucesso foi impulsionado pela expansão do ensino em tempo integral e qualificação técnica alinhada às demandas de mercado.



Transformamos a segurança em um *case study* de política pública eficaz.

Resultado-Chave (Atlas da Violência 2025)

Redução de 8,7% nos homicídios, consolidando o Piauí como o estado mais seguro do N/NE e o 9º no ranking nacional



01

Performance Específica

- 2ª maior redução nacional em homicídios de jovens (queda de 21,5%).
- 2º menor índice de letalidade policial do país.



02

Inovação Nacional

O protocolo de recuperação de celulares, desenvolvido aqui, tornou-se modelo para mais de 20 estados, com mais de 10 mil aparelhos recuperados localmente.



03



GESTÃO FISCAL E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Construímos um diferencial competitivo sustentável.

Resultado-Chave (CLP 2024)

Elevamos a capacidade de investimento para 18% da RCL, o maior percentual do Nordeste, mantido por quatro anos consecutivos.



01

Solidez Fiscal

- Subimos para a 13ª posição nacional em solidez fiscal.



02

Capacidade Téc.

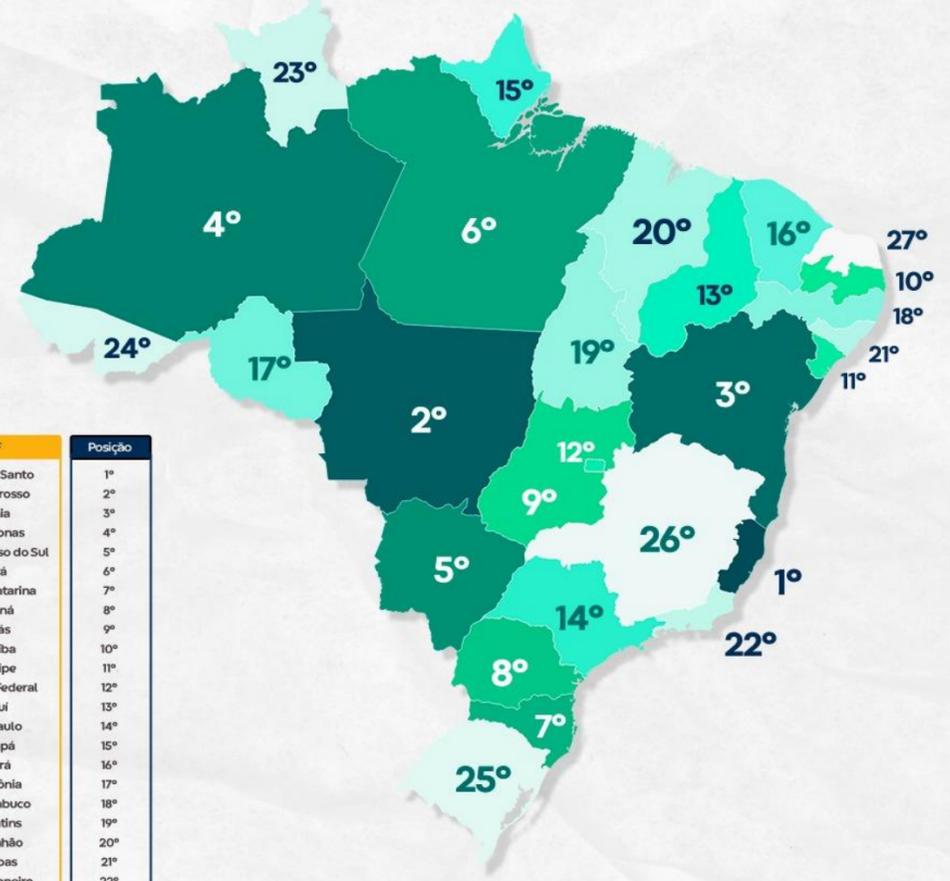
Estruturamos uma carteira de US\$ 493 milhões em operações de crédito internacionais com organismos como BIRD, BID e FIDA, demonstrando alta capacidade de gestão.



03

Ranking dos estados com maior Solidez Fiscal do país

O pilar considera os seguintes indicadores: Taxa de Investimentos; Regra de Ouro; Solvência Fiscal; Sucesso do Planejamento Orçamentário; Dependência Fiscal; Resultado Primário; Gasto com Pessoal; Índice de Liquidez; e Poupança Corrente.



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados (CLP)

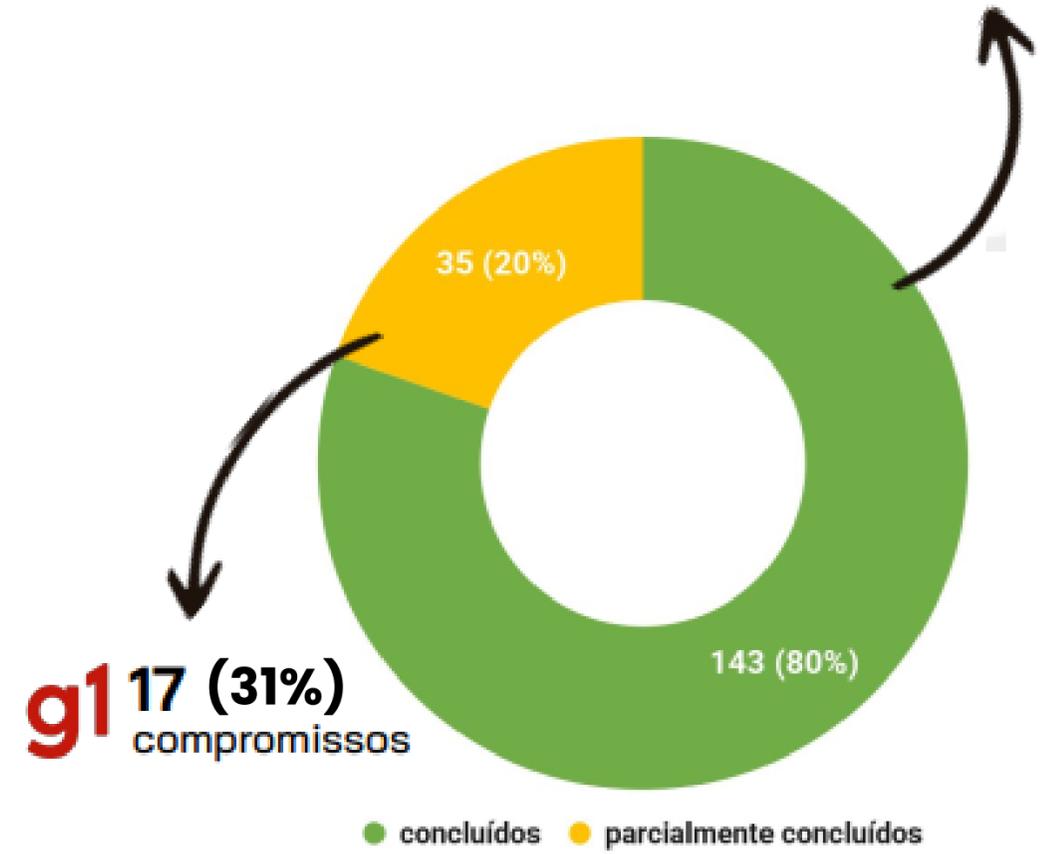
PLANO DE GESTÃO: VISÃO GERAL DOS COMPROMISSOS



g1 37 (69%)
compromissos

178
compromissos totais

40
Setoriais coordenam



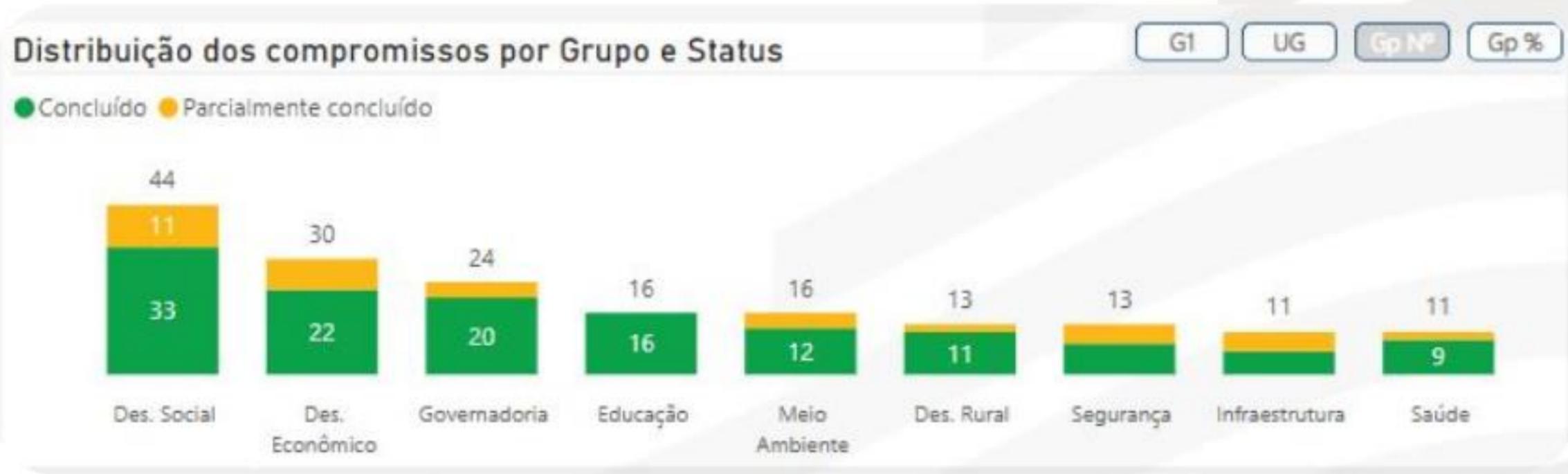
DATA BASE: 12/06/2025

GRUPO DE MONITORAMENTO	COMPROMISSOS	CONCLUÍDOS	PARCIALMENTE CONCLUÍDOS
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	44	34	10
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	30	23	07
EDUCAÇÃO	16	16	00
DESENVOLVIMENTO RURAL	13	12	01
INFRAESTRUTURA	12	07	05
SEGURANÇA	13	09	04
SAÚDE	11	09	02
GOVERNADORIA	23	20	03
MEIO AMBIENTE	16	13	03
TOTAL	178	143	35

COMPROMISSOS DE GOVERNO: PLANO DE GESTÃO E G1



- **Nº de compromissos: 178**
- **Concluídos: 143 (80%)**
- **Parc. Concluídos: 35 (20%)**

- **Nº de compromissos: 54**
- **Concluídos: 37 (69%)**
- **Parc. Concluídos: 17 (31%)**




LC 212/2025 PROPAG



PROGRAMA DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS DOS ESTADOS (PROPAG)



- **LC nº 212/2025**: institui o Programa de melhoria da trajetória de endividamento dos entes federais com dívidas com o Governo Federal.
- Beneficia esses estados com **juros reais de 0% a 2% a.a. e prazo de até 30 anos para pagamento**. A economia estimada para os 4 estados mais endividados será **maior que R\$ 91 bilhões até 2029**.
- **Paradoxo do “bom aluno”**: estados sem dívidas com Governo Federal (PI e TO), não tiveram acesso a maioria dos benefícios do PROPAG.
- Após reivindicação do PI e de outros estados, foi aprovada emenda à LC nº 212/2025 criando o **Fundo de Equalização Federal (FEF)**, que beneficiará estados com pouca ou nenhuma dívida com a União.

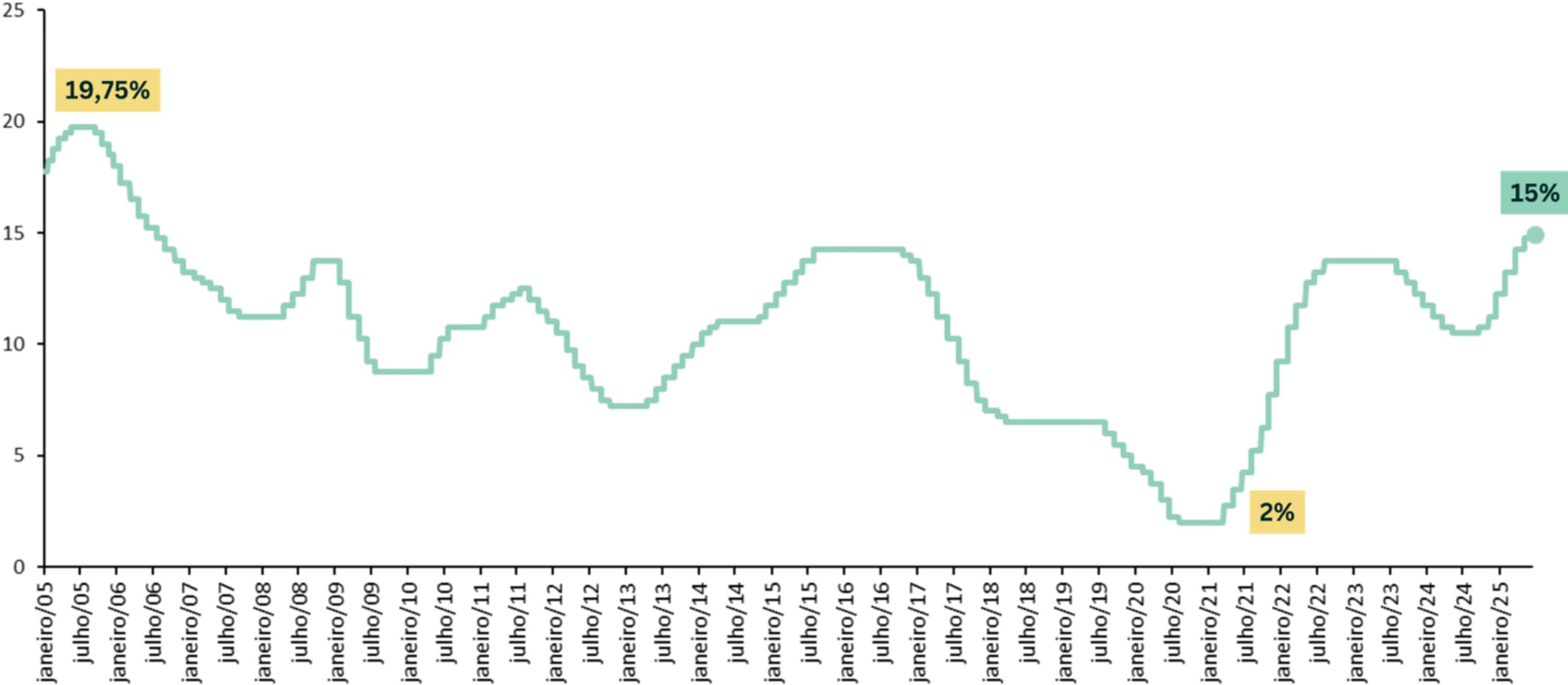
Valores em bilhões (R\$)

UF	ENDIVIDAMENTO (DCL/RCL) ¹	ECONOMIA ESTIMADA COM PROPAG ²
SP	125,36%	37,9 bi
RJ	211,23%	26,3 bi
RS	184,67%	13,7 bi
MG	162,59%	13,8 bi
TOTAL		91,7 bi

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN (2025).
Nota: (1) Dados de endividamento em % da RCL em 2024. (2) Projeções de economia entre os anos de 2025 e 2029 disponibilizados pela STN.

No mesmo período, o nível de endividamento (DCL/RCL) do Estado do Piauí foi de 62,72%.

TRAJETÓRIA DA TAXA SELIC (2005-2025)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)
Elaboração: SEPLAN/SUTEF/DOIN

O FUTURO: NOVAS MEDIDAS



O FUTURO EXIGE NOVAS MEDIDAS

Para manter o crescimento dos investimentos públicos com responsabilidade fiscal, o Estado preparou um novo pacote de 6 medidas fiscais modernas, técnicas e sustentáveis.



Reestruturação da Dívida Pública Estadual

- Lei nº 8.694/2025 (BIRD)
- Lei nº 8.690/2025 (BB)



Alteração do Teto de Gastos

- EC nº 69/2025



Nova Lei de Qualidade Fiscal

- LC nº 315/2025



Marcos de Médio Prazo

- LC nº 315/2025
- PLOG nº 57/2025



Gestão dos Riscos Fiscais

- LC nº 315/2025
- PLOG nº 57/2025



Gestão do Investimento Público

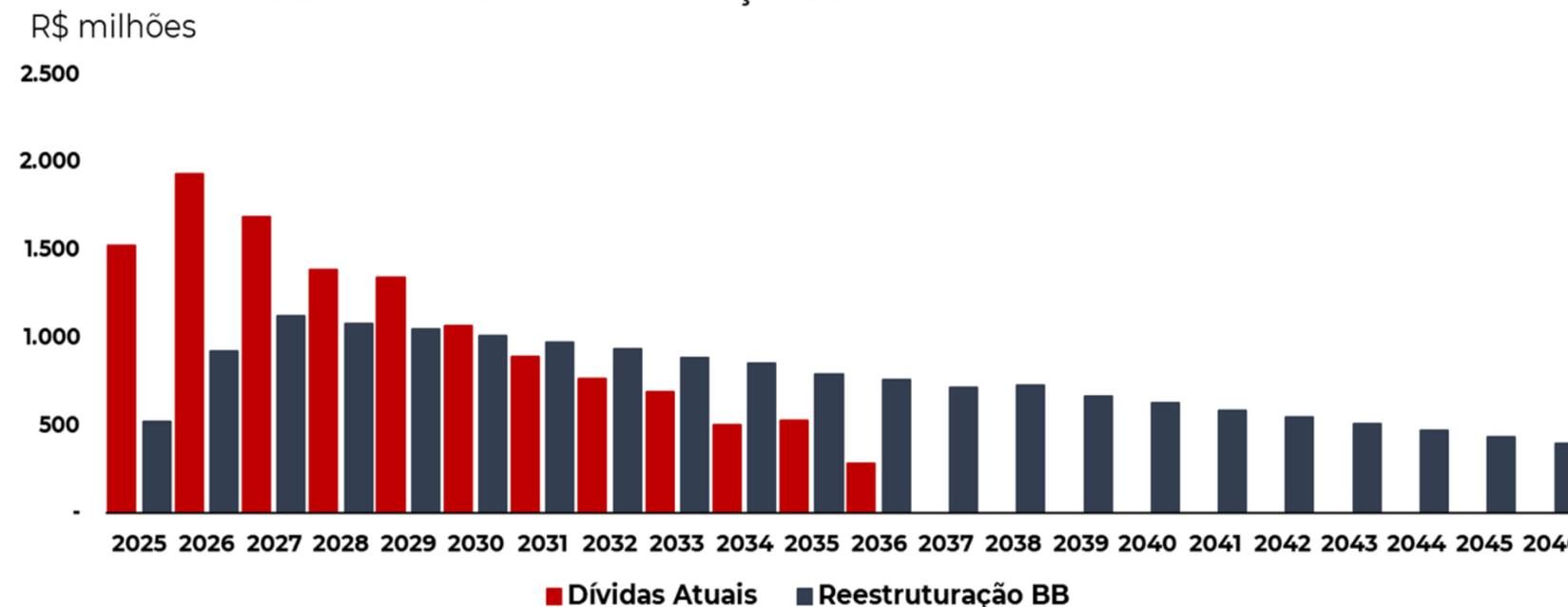
- LC nº 315/2025
- Decreto nº 23.897/2025

REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

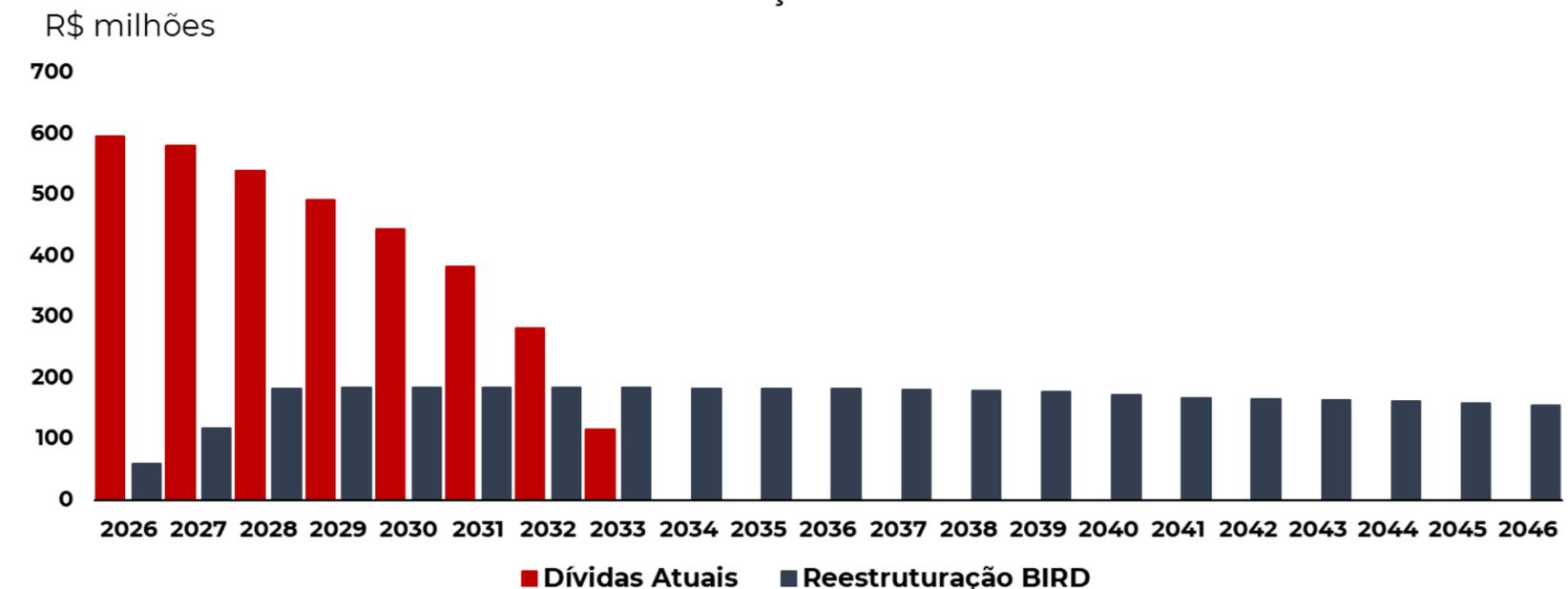
- **Objetivo:** modernizar o perfil da dívida, alongar prazos e reduzir custos.
- Duas operações a serem contratadas com o Banco do Brasil (BB) e o Banco Mundial (BIRD).
- Economia total estimada em **R\$ 5,1bi (média de 850 milhões/ano).**

	BB	BIRD
Valor	R\$ 5,8 bi	USD 392 mi
Juros	CDI + 1,22%	SOFR + 1,68%
Prazo	25 anos	35 anos
Carência	2 anos	2 anos
Início	Julho/2025	Dezembro/2025

Piauí: Fluxos das Dívidas Atuais x Reestruturação BB



Piauí: Fluxos das Dívidas Atuais x Reestruturação BIRD



ALTERAÇÃO DO TETO DE GASTOS (EC)



Novo Método de Correção

Reajuste pelo IPCA ou variação real da RCL



Vedações em Caso de Estouro do Teto

Aplicação das medidas de ajuste já previstas no arcabouço da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Limites Individualizados por Poder

Aplicação segmentada para: Executivo, Judiciário, Legislativo, TCE, MP e Defensoria Pública



Compatibilidade Obrigatória da LOA

A Lei Orçamentária deve estar estritamente alinhada aos novos tetos definidos.



NOVA LEI DE QUALIDADE FISCAL

✓ **Relação DC/RC ≤ 95%.**

Manutenção da despesa corrente (DC) dentro de limites sustentáveis da receita corrente (RC)

✓ **Metas e limites devem manter a CAPAG B**

Cumprimento de metas fiscais visando manutenção da capacidade de pagamento

✓ **Compatibilidade obrigatória com o ciclo orçamentário**

Exigência de compatibilidade entre LOA, LDO e PPA

✓ **Instrumentos de apoio à Gestão Fiscal**

MFMP, MOMP, Revisão de Gastos, Gestão de Pessoal, Gestão de Investimentos Públicos e Gestão de Riscos Fiscais

01

02

03

04



05

06

07

08

✓ **Transparência e Acompanhamento**

Marcadores orçamentários e Dados abertos com painéis interativos e visualizações acessíveis ao cidadão.

✓ **Planejamento das Estatais**

Novas estatais, em regra, sem dependência do Tesouro; Estatais existentes devem apresentar plano de viabilidade em dois exercícios financeiros

✓ **Aplicação de vedações fiscais em caso de descumprimento**

Proibição de concursos, reajustes, criação de cargos e concessão de incentivos fiscais

✓ **Cláusula de Escape**

Permite suspensão de regras fiscais em eventos extraordinários (calamidade pública, queda de receita, desastre etc)

LDO: INSTRUMENTO-CHAVE PARA SUSTENTABILIDADE FISCAL



- **Aplicação conjunta de dois marcos:** MFMP e MOMP são institucionalizados na LDO 2026.
- **MFMP (Marco Fiscal):** Projeta receitas, despesas, resultados e dívida com metas vinculantes (2026) e projeções até 2029.
- **MOMP (Marco Orçamentário):** Define limites setoriais e prioridades plurianuais, dando consistência ao orçamento.
- **Sustentabilidade fiscal:** Fortalece o compromisso com equilíbrio de gastos e boas práticas.
- **Eficiência e transparência:** Projeções de médio prazo melhoram a governança e o controle da dívida.

VISÃO SINTÉTICA DO MARCO FISCAL (Receitas e Despesas)



- Receitas líquidas e despesas **projetadas** em **R\$ 25,4 bilhões** para 2026.
- **Receitas de Capital** alcançam pico em 2026, impulsionadas por Operações de Crédito e Transferências de Capital.
- **Despesas obrigatórias** continuam a liderar a estrutura de gastos, exigindo disciplina e previsibilidade no planejamento.

Agregadores	2026 (R\$)	2027 (R\$)
Receitas Correntes	21,96 bi (aprox.)	23,40 bi (aprox.)
Receitas de Capital	3,44 bi	1,21 bi
Total de Receitas	25,40 bi	24,61 bi
Despesas Obrigatórias	17,13 bi	18,27 bi
Despesas Essenciais	4,16 bi	4,22 bi
Despesas Prioritárias	3,65 bi	1,66 bi
Demais Ações e Projetos	0,12 bi	0,1 bi
Reserva de Contingência	0,34 bi	0,35 bi
Total de Despesas	25,40 bi	24,61 bi

Nota: A queda das receitas de capital entre 2026 e 2027 reflete o comportamento típico dos ciclos de governo, com desaceleração no primeiro ano da gestão seguinte.

VISÃO SINTÉTICA DO CLASSIFICADOR ORÇAMENTÁRIO

CLASSIFICADOR ORÇAMENTÁRIO	
AGREGADOR DE DESPESAS	CLASSIFICADOR PLOA
DESPESAS OBRIGATÓRIAS	FOLHA DE PESSOAL
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
	PRECATÓRIOS
	SERVIÇO DA DÍVIDA
	EMENDAS IMPOSITIVAS
	PODERES
	PPP
ESSENCIAIS À MANUTENÇÃO	CONTAS PÚBLICAS
	BOLSAS E AUXÍLIOS
	DEMAIS DESPESAS CORRENTES
	TERCEIRIZADO
DESPESAS PRIORITÁRIAS ESTRATÉGICAS	APORTE DE CAPITAL
	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
	CONVÊNIOS
	CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS
	CONTRAPARTIDA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA
	INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
DEMAIS AÇÕES E PROJETOS	EVENTOS E PATROCÍNIOS
	OUTROS RECURSOS VINCULADOS
	OUTRAS INVERSÕES FINANCEIRAS
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS - PLDO 2026



Receita Corrente Líquida (RCL)

2026: 18,9 bi

2027: 20,3 bi

2028: 21,2 bi

2029: 22,5 bi



PIB Real (Crescimento %)

2026: 1,6%

2027: 1,99%

2028: 2,0%

2029: 2,0%



Câmbio (R\$/US\$)

2026: 6,00

2027: 5,90

2028: 5,90

2029: 5,90



Inflação (%)

2026: 4,5%

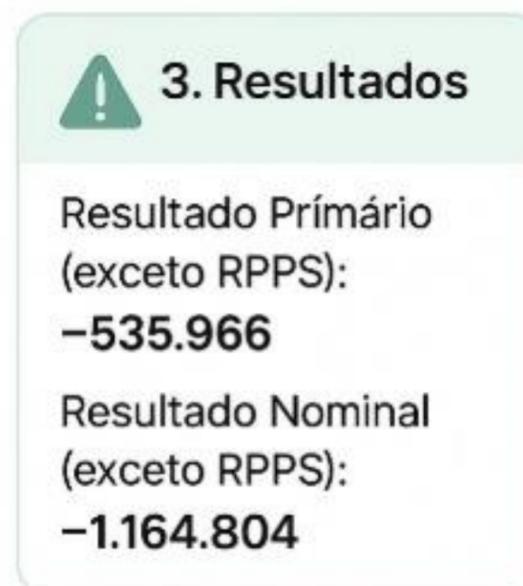
2027: 4,0%

2028: 3,78%

2029: 3,78%

Fonte: Boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil - BCB em 24/03/2025.

METAS FISCAIS PARA 2026



Fonte: LDO 2026 – Governo do Estado do Piauí

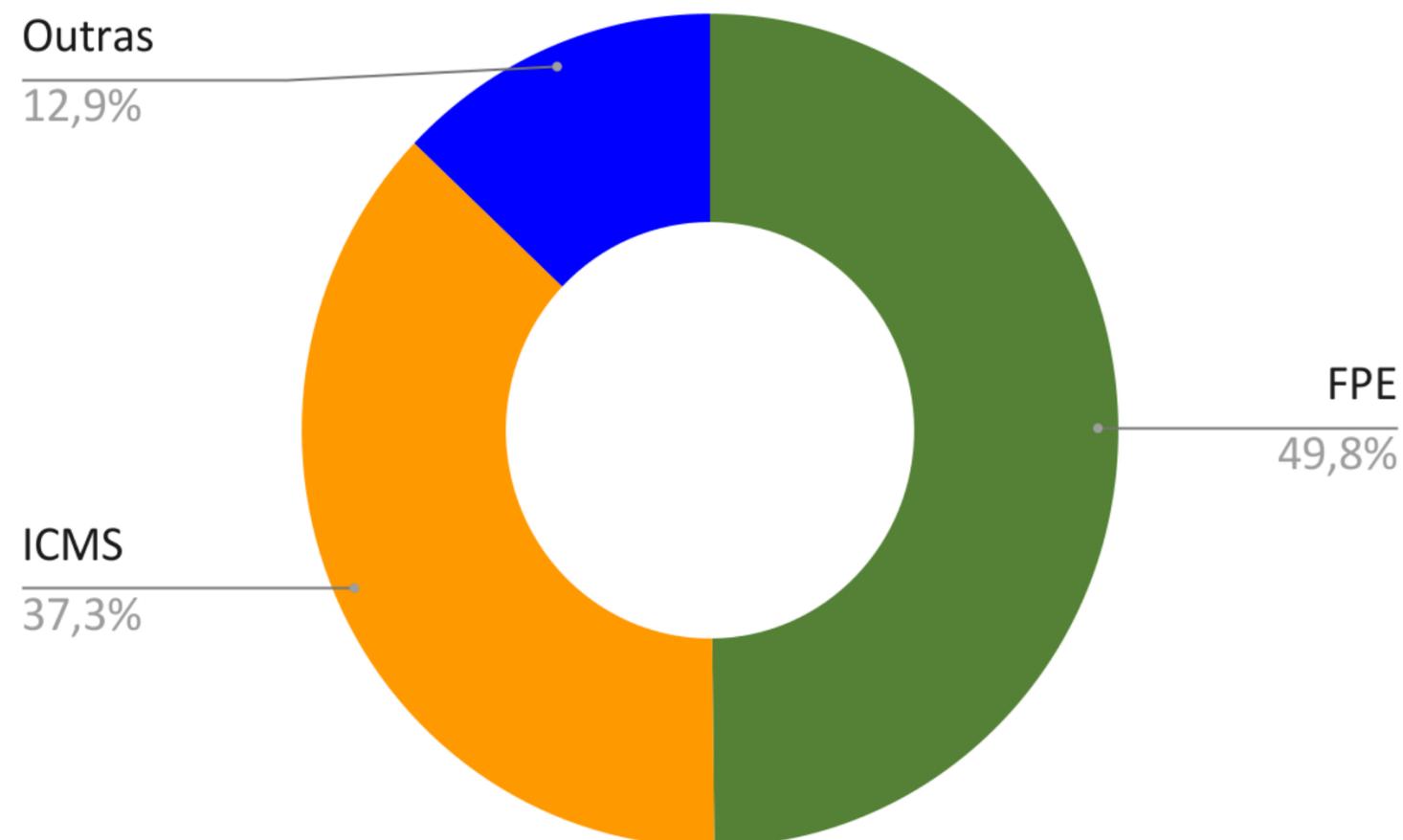
Nota: Os valores das despesas com juros e amortização serão revistos em função da renegociação da dívida estadual, com reflexos sobre a despesa total, o resultado nominal e os indicadores de endividamento.

PANORAMA DE RECEITAS (2026)

Classificação	Receita Bruta (Milliares)	Deduções (R\$ Milhares)	Receita Líquida (Milhares)
 Receita corrente	25.543.802	5.777.012	19.766.790
 Receitas tributárias	10.703.724	3.984.916	6.718.807
 Receitas de transferências	12.300.940	1.792.096	10.508.844
 Outras receitas	2.539.139	0	2.539.139
 Receita de capital	3.438.205	0	3.438.205
Receita total	31.180.031	5.777.012	25.403.018

- Nas **Receitas correntes** há predominância de Receita Tributária e Transferências Correntes (95,2% do total de Corrente).
- As **Receitas de Capitais** são impulsionadas por Operações de Crédito (83% do total de Capital)

PANORAMA DE RECEITAS CORRENTES (2026) - FONTES 500 e 501



- FPE e ICMS respondem a cerca de 87% do total de receitas correntes das fontes de recursos não vinculados

Receitas correntes (Fontes 500 e 501)	Valor (R\$ Milhares)
FPE	7.136.106
ICMS	5.337.023
Outras	1.847.362
Total	14.320.491

PANORAMA DE DESPESAS (2026)

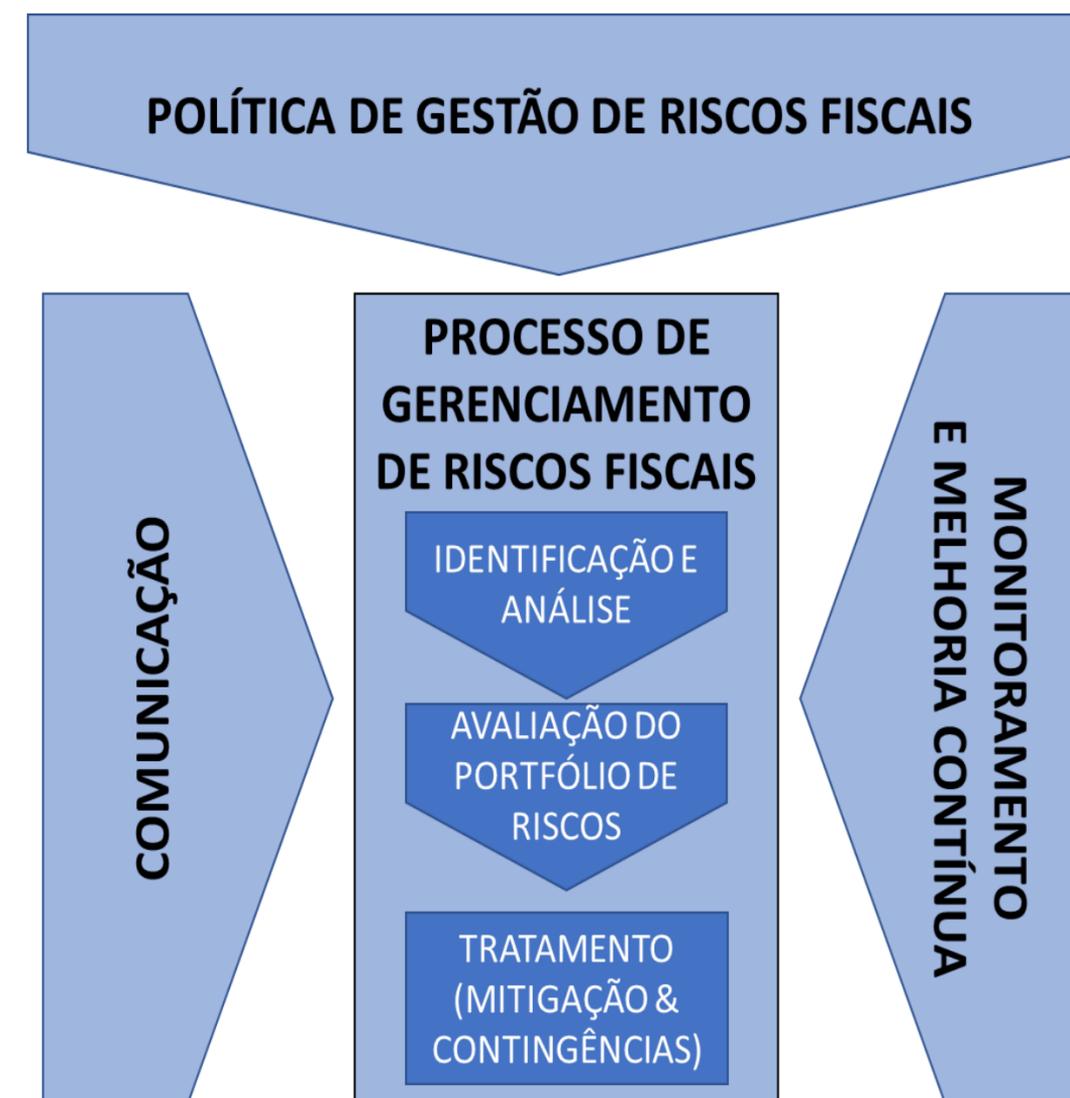
R\$ Milhares

Classificação	2026
Pessoal e encargos sociais	10.296.998
Juros e encargos da dívida*	1.626.059
Outras despesas correntes	5.391.090
Despesas correntes	17.314.147
Despesas com fontes RPPS	3.075.785
Investimentos	3.418.278
Inversões financeiras	228.103
Amortização da dívida*	1.366.705
Despesas de capital	5.013.086
Restos a pagar	369.202

- **Despesas Correntes: R\$ 17,3 bilhões**
 - Crescimento de **3,7%** em relação a 2025; **+50%** em relação a 2022.
- **Despesas de Capital: R\$ 5,01 bilhões**
- A alta participação de **despesas obrigatórias** (pessoal e encargos) exige controle contínuo.
- Investimentos em 2026 atingem um pico.

Nota: Os valores referentes a Juros e Amortização serão ajustados em função da renegociação da dívida estadual.

- Implementação de uma **Política de Gestão de Riscos Fiscais** institucionaliza a sistemática da gestão desses riscos na administração estadual (define processos, competências e responsabilidades).
- **Anexo de Riscos Fiscais mais robusto e transparente**, com evidenciação dos principais eventos que podem ocasionar exposição das finanças públicas estaduais;
- Preparação de planos de contingência para definição das **estratégias planejadas de mitigação**.
- **Incorporação** dos riscos ao **planejamento orçamentário**.



GESTÃO DOS RISCOS FISCAIS

PRINCIPAIS RISCOS MAPEADOS PARA 2026



RESERVA DE R\$ 340 MILHÕES

Reserva prevista e proposta na LDO 2026 considera os riscos com maior probabilidade, impacto fiscal imediato e mensuração técnica precisa.



MONITORAMENTO CONTÍNUO

Os demais permanecem sob monitoramento e ações mitigadoras não orçamentárias, conforme boas práticas de gestão de riscos fiscais.



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

✉ gabinete@seplan.pi.gov.br

